

ENTREVISTA

Por Nancy Arakaki

A Prof^ª. Dr^ª. Neusa Bastos é professora titular da PUC/SP e da Universidade Mackenzie, é coordenadora do IP-PUC/SP - Instituto de Pesquisas Linguísticas "Sedes Sapientae" para Estudos de Português, onde tem desenvolvido pesquisas na linha de Historiografia da Língua Portuguesa e organizado congressos nacionais e internacionais. É membro integrante e ativa do GT Historiografia da Linguística Brasileira, da Anpoll (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística).

De espírito inovador e amante de desafios, a Prof^ª. Dr^ª. Neusa, nos últimos dez anos, transformou os congressos nacionais promovidos pelo IP-PUC/SP em congressos internacionais integrando os países lusófonos. Para ela, os estudos do Português devem abranger pesquisadores, professores, graduandos e pós-graduandos de toda a galáxia lusófona.

É nesse âmbito que tem motivado pesquisadores lusófonos a tornarem conhecidas as variedades do Português falado nos continentes europeu, americano, africano e asiático.

As suas discussões acadêmicas destacam o surgimento da Lusofonia a partir da obra de João de Barros no século XVI. Qual a peculiaridade dessa obra que podemos retomar para compreensão da Lusofonia hoje?

Primeiramente, cumpre salientar que, na época da colonização - séculos XVI e XVII principalmente - a política de domínio dos portugueses impunha não só costumes e hábitos, mas também a sua língua que estava descrita e normatizada a partir das Gramáticas de Fernão de Oliveira e de João de Barros, cujas descrições são primorosas para a época. Assim, a formação da identidade cultural brasileira é, de fato, advinda desse movimento lusófono iniciado no século XVI, acirrado no século XVIII e assimilado definitivamente a partir do século XIX. Assim, é possível perceber que, nesse processo, os brasileiros, falantes de Língua Portuguesa, miscigenados durante cinco séculos, contribuíram com características próprias de um povo que se reconhece como parte de um espaço lusófono constituído de realidades radicalmente distintas umas das outras.

Você defende que “a língua portuguesa não é de ninguém e sim de todos que dela fazem uso”. Mediante tal conceito, como é possível manter a LP na sua heterogeneidade de usos entre os povos português, brasileiro, africano e timorense?

Claro que sim, esse tem de ser o posicionamento de alguém que defenda uma lusofonia não preconceituosa, não limitadora, portanto politicamente aceita, uma vez que as marcas linguísticas de cada um dos falantes do espaço lusófono são, antes de tudo, fenômenos culturais que afetam o modo de existência de uma cultura, do mesmo modo que delas procedem, revelando-nos, por meio de manifestações discursivas, as facetas identitárias atinentes à supranacionalidade, nacionalidade, regionalidade e localidade, constituindo elementos para o conceito de realidade social marcada pela unidade e pela diferença. Como afirmam BASTOS e BRITO (2007)¹: ...o fenômeno linguístico integra-se à prática social, à dinâmica comunicativa cotidiana, às necessidades discursivas da comunidade que partilha uma mesma realidade, delineando, no espaço lusófono, multiplicidades componentes de um grande e efervescente “caldeirão” cultural. Nesse sentido, trataremos de nós, os que utilizam a Língua Portuguesa, como o denominador comum da Lusofonia, entendida aqui como um sistema de comunicação linguístico-cultural no âmbito da língua portuguesa e nas suas variantes linguísticas, diatópicas, diastráticas e diafásicas, que compreende os países que adotam o português como língua materna, e mais as numerosas comunidades espalhadas pelo mundo.

Qual a contribuição de maior relevância que os congressos internacionais de Lusofonia organizados pelo IP-PUC SP sob sua coordenação proporcionam para uma visão da LP à semelhança de uma visão em calidoscópio? (Pergunta baseada na publicação da obra “LP em Calidoscópio, 2004)

A partir de 2004, o IP-PUC/SP, passou a realizar o Congresso Internacional de Lusofonia agregado ao Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa, iniciado na década de 1970 e reiniciado na década de 1990, com o objetivo de discutir questões culturais e linguísticas do mundo lusófono com a presença de convidados de países em que se fala o português para o estabelecimento de um dialogismo intrínseco às questões dos povos angolano, brasileiro, caboverdeano, guineense, moçambicano, português, timorense e santomeense. Disso resulta um diálogo profícuo com acadêmicos de outros países lusófonos o que favorece o estabelecimento de um elo de igualdade, num espaço supranacional de língua e cultura, retomando o fato de que a Língua Portuguesa é de todos os aqueles que a falam e que, por

¹ BASTOS, N. M. O. B. e BRITO, Regina Helena Pires de. Lusofonia: políticas linguísticas e questões identitárias. In: Moisés de Lemos Martins, Helena Sousa, Rose Cabecinhas. (Orgs.). *Comunicação e lusofonia*. Para uma abordagem crítica da cultura dos media. Porto: Campo das Letras e Universidade do Minho, 2007, v. 1, p. 111-122.

isso, existe uma certa identidade entre os povos lusofalantes e as organizações governamentais.

Em se tratando de educação linguística, qual a dimensão do ensino da gramática da LP relacionada à maior qualidade de vida dos falantes lusófonos? (Pergunta baseada na obra MADRE OLIVIA, uma linguista à frente de seu tempo – 2011)

Nossas reflexões no que se refere ao ensino de Língua Portuguesa convergem para os princípios da Educação Linguística que pressupõe a necessidade de um tratamento escolar cientificamente embasado, pondo em relevo o dever de se respeitar o saber linguístico próprio de cada um e garantir-lhe o curso na intercomunicação social, ampliando, enriquecendo e variando esse patrimônio.

Essa postura levará o professor de língua portuguesa a apresentar uma variedade de recursos e seus efeitos de sentido, conseguindo mais eficácia em suas interações verbais, por atingir mais eficazmente o seu interlocutor, inclusive aquele que se expressa de acordo com a norma padrão culto, pois consideramos que, em se tratando de língua materna, o bem falar e o bem escrever estabelecem-se no uso da língua a partir da norma padrão culto que se encontra na Gramática Descritivo-Normativa, sistematização da língua com as suas descrições e estabelecimentos de normas que atendam a uma das variantes existentes na língua em uso.

Você é leitora e admiradora das obras do escritor moçambicano Mia Couto. A seu ver, como essa literatura africana pode contribuir para o alargamento da Lusofonia a partir de sua apresentação no curso de Letras?

Mia Couto é, de fato, um escritor que merece nossa atenção! Primeiramente, mencionemos o aspecto da recepção que no Brasil se tem da literatura moçambicana de expressão em língua portuguesa e, por conta disso, da variedade moçambicana da língua portuguesa na lusofonia compreendida como um espaço simbólico linguístico e, sobretudo, cultural no âmbito da língua portuguesa e das suas variedades que, no plano geo-sócio-político, abarcam os países que adotam o português como língua materna (Portugal e Brasil) e língua oficial (Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau - os *Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)* - e Timor-Leste. Em segundo lugar, nos dias atuais, é preciso observar a repercussão da temática africana a partir da implantação da Lei 10.639/2003, que incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras, o que tem gerado a elaboração de disciplinas universitárias voltadas para as histórias, as literaturas, as artes, as culturas dos povos africanos. Por fim, observemos o movimento do mercado editorial que está respondendo ativamente à demanda publicando diversos trabalhos de estudiosos brasileiros e muitas obras de escritores africanos de língua portuguesa (especialmente de Angola e Moçambique).